

Sem votos suficientes, Leite retira projeto de aumento do ICMS

Maioria dos deputados deve votar contra a alta do ICMS

FÁBIO SCHAFFNER
fabio.schaffner@zerohora.com.br**JEAN PEIXOTO**
jean.peixoto@zerohora.com.br**PAULO EGÍDIO**
paulo.egidio@zerohora.com.br

O governador Eduardo Leite terá dificuldade em aprovar o aumento do ICMS, em votação prevista para hoje, na Assembleia Legislativa. Levantamento feito por Zero Hora ontem apontou que 30 dos 55 deputados confirmaram voto contrário, número suficiente para derrubar a iniciativa do governo. Apenas cinco informaram que votarão a favor, enquanto 13 não se posicionaram. Até as 17h30min, sete deputados não haviam respondido ou não retornaram os contatos.

Ciente da resistência à elevação da alíquota dos atuais 17% para 19,5%, Leite passou o dia negociando adesões. Manteve encontros individuais com vários parlamentares e, no final da tarde, reuniu parte da bancada governista a portas fechadas no Palácio Piratini. Segundo deputados que participaram, Leite explicou novamente os argumentos para o projeto e ouviu os posicionamentos de cada bancada.

O governador, porém, enfrenta defecções em quase todos os partidos aliados. Nem mesmo no PSDB há certeza de fidelidade irrestrita, pois Kaká D'Ávila, deputado em primeiro mandato, afirma estar indeciso. No PP, maior bancada da base aliada, apenas o líder do governo, Frederico Antunes, confirma apoio à medida.

Resultado ainda está em aberto, avalia presidente

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

O presidente da Assembleia, Vilmar Zanchin (MDB), disse ontem que o resultado da votação do projeto do ICMS é incerto e dependerá das articulações do governo.

— Eu acho que vai depender muito da articulação que o governo está fazendo, até a hora da votação. Me parece que ainda está em aberto (o resultado) — disse Zanchin, por volta das 16h de ontem.

O deputado Guilherme Pasin (PP) disse que há divisão de opiniões na bancada e que pode haver quatro votos contrários e três favoráveis. Deputados de PDT, MDB e União Brasil, que costumam ser fiéis ao Piratini, disseram que aguardam reuniões de suas bancadas para firmar posição.

Um dos fatores que pesam contra o governo na discussão é o fato de que, na campanha eleitoral de 2022, Leite se comprometeu a não elevar os tributos. O tucano também viu enfraquecer um dos principais argumentos esgrimidos desde o anúncio do projeto, já que a Câmara dos Deputados retirou da reforma tributária a previsão de que a repartição de recursos entre os Estados a partir de 2029 vai levar em conta o montante arrecadado entre 2024 e 2028.

Insegurança

Leite diz que ainda assim há insegurança sobre o comportamento da arrecadação futura, mas esse discurso não tem convencido os deputados, diante da forte oposição de setores de sindicatos e federações empresariais.

Entre a minoria que apoia a proposta, prevalece o argumento de que o Estado está sob risco de perder arrecadação com as regras aprovadas na reforma, além de precisar dos recursos para garantir investimentos em serviços essenciais.

Diante do cenário adverso, o governador chegou a editar decretos cortando incentivos fiscais de 64 setores. A medida foi apresentada como “plano B” em caso de rejeição da alta na alíquota geral.

O presidente só é chamado a votar em casos de empate. Apesar da proximidade política com o governo Eduardo Leite, Zanchin evita antecipar um eventual voto de minerva:

— Eu ainda estou em um processo de avaliação. Se der empate, eu vou exercer o meu dever.

Para que o projeto seja aprovado, é preciso maioria simples. Isso significa que, com o quórum completo em plenário, seriam necessários 28 votos.

“O governador se contradiz demais. Prometeu na campanha não aumentar impostos e disse que a situação fiscal do Estado estava equacionada.”
BRUNA RODRIGUES (PCDOB)
Deputada estadual

“Nenhum parlamentar gostaria de tomar essa decisão, e não a tomaria se o futuro do seu Estado não estivesse ameaçado.”
VALDIR BONATTO (PSDB)
Deputado estadual



Leite tenta convencer parlamentares

O levantamento

CONTRA O AUMENTO

- Adão Preto (PT)
- Bruna Rodrigues (PCdoB)
- Capitão Martim (Republicanos)
- Claudio Branchieri (Podemos)
- Delegado Rodrigo Zucco (Republicanos)
- Eliana Bayer (Republicanos)
- Elton Weber (PSB)
- Felipe Camozzato (Novo)
- Gaúcho da Geral (PSD)
- Guilherme Pasin (PP)
- Gustavo Victorino (Republicanos)
- Jeferson Fernandes (PT)
- Joel Wilhelm (PP)
- Kelly Moraes (PL)
- Laura Sito (PT)
- Leonel Radde (PT)
- Luciana Genro (PSOL)
- Luiz Fernando Mainardi (PT)
- Marcus Vinícius (PP)
- Matheus Gomes (PSOL)
- Miguel Rossetto (PT)
- Paparico Bacchi (PL)
- Patrícia Alba (MDB)
- Pepe Vargas (PT)
- Rodrigo Lorenzoni (PL)
- Sergio Peres (Republicanos)
- Sofia Cavedon (PT)
- Stela Farias (PT)
- Valdeci Oliveira (PT)
- Zé Nunes (PT)

A FAVOR DO AUMENTO

- Airton Lima (Podemos)
- Delegada Nadine (PSDB)
- Frederico Antunes (PP)
- Pedro Pereira (PSDB)
- Valdir Bonatto (PSDB)

NÃO SE POSICIONARAM

- Aloísio Classmann (UB)
- Carlos Búrgio (MDB)
- Cláudio Tatsch (PL)
- Dirceu Franciscon (UB)
- Dr. Thiago Duarte (UB)
- Edmilson Brum (MDB)
- Elizandro Sabino (PRD)
- Gerson Burmann (PDT)
- Kaká D'Ávila (PSDB)
- Luciano Silveira (MDB)
- Luiz Marengo (PDT)
- Silvana Covatti (PP)
- Vilmar Zanchin (MDB)*

NÃO RESPONDERAM

- Adolfo Brito (PP)
- Adriana Lara (PL)
- Airton Artus (PDT)
- Eduardo Loureiro (PDT)
- Issur Koch (PP)
- Neri, o Carteiro (PSDB)
- Rafael Braga (MDB)

*Vota apenas em caso de empate.
Levantamento fechado às 17h30min de ontem.